

Influências interlinguísticas no léxico do português usado na ilha de São Vicente, Cabo Verde

Interlinguistic Influences in the Lexicon of Portuguese Used on São Vicente Island, Cape Verde

NATALIA CZOPEK [natalia.czopek@upol.cz]
Univerzita Palackého v Olomouci, República Checa

RESUMO

O objetivo principal do estudo é a apresentação dos resultados da análise de 66 entrevistas com informantes da cidade do Mindelo, Cabo Verde, de diferentes idades, graus de escolaridade e intensidade de contacto com a língua portuguesa (grupo de “utilizadores comuns”) e 17 entrevistas com professores universitários (especialistas em diferentes áreas científicas), artistas, sacerdotes e escritores residentes no Mindelo. Além da observação da dinâmica sociolinguística da ilha e da recolha de opiniões sobre a situação linguística no país inteiro, é do nosso intuito descrever alguns processos relacionados com o afastamento lexical da norma padrão europeia identificáveis na produção oral dos “utilizadores comuns”. Segue-se o modelo da análise qualitativa, com elementos quantitativos referentes à frequência das modificações lexicais observadas.

PALAVRAS-CHAVE

Português de Cabo Verde; influência interlinguística; transferência lexical; alternância de códigos; língua cabo-verdiana

ABSTRACT

The main objective of the study is to present the results of the analysis of 66 interviews with informants from the city of Mindelo, Cape Verde, of different ages, educational levels and intensity of contact with the Portuguese language (group of “common users”) and 17 interviews with university professors (specialists in different scientific areas), artists, priests and writers residing in Mindelo. In addition to observing the socio-linguistic dynamics of the island and collecting opinions on the linguistic situation in the entire country, it is our intention to describe some processes related to the lexical distancing from the European standard norm that can be identified in the oral production of “common users”. The analysis will follow the qualitative model, with quantitative elements referring to the frequency of observed lexical changes.

KEYWORDS

Portuguese from Cape Verde; interlingual influence; lexical transfer; code switching; Cape Verdean language

RECEBIDO 2021-03-16; ACEITE 2021-05-23

1. Introdução e metodologia do trabalho

No presente estudo, dedicar-nos-emos à apresentação dos resultados parciais da investigação realizada na ilha de São Vicente, em Cabo Verde, referentes a um dos domínios da língua portuguesa usada pelos seus habitantes - o léxico. A conclusão do projeto sobre a situação do português nessa ilha foi possível graças ao apoio financeiro do Camões, I.P., no âmbito da bolsa do programa Fernando Mendes Pinto (outubro de 2016 – setembro de 2017). O projeto teve duas fases: a primeira, dedicada à pesquisa teórica, consultas metodológicas e entrevistas com representantes da intelectualidade mindelense, por exemplo, com especialistas em linguística portuguesa, crioulista e línguas em contacto; e a segunda, na qual foi criado um *corpus* de gravações de entrevistas com habitantes da ilha de diferentes idades, graus de escolaridade e intensidade de contacto com a língua portuguesa (variáveis sociolinguísticas escolhidas¹).

Para os fins deste estudo, escolhemos 66 entrevistas com informantes da cidade do Mindelo (grupo de “utilizadores comuns”) e 17 entrevistas com professores universitários (especialistas em diferentes áreas científicas), artistas, sacerdotes e escritores residentes no Mindelo (grupo de “intelectuais”)². Além de uma observação da dinâmica sociolinguística da ilha bem como da recolha de opiniões sobre a situação linguística no país inteiro, o nosso objetivo era identificar a origem das modificações do léxico do português padrão na oralidade que provocam o afastamento lexical da norma padrão europeia. Por conseguinte, este texto divide-se em duas partes: em primeiro lugar, após uma breve introdução sócio-histórica, apresentam-se as informações fornecidas pelo grupo de intelectuais que trabalham com a língua portuguesa diariamente e nos falaram sobre a sua situação no contexto cabo-verdiano, passando-se depois a comentar os processos lexicais que se podem observar nas restantes 66 entrevistas. Assim, a análise, cuja metodologia se aproxima de um estudo de caso, vai ser qualitativa (opiniões sobre a situação da língua portuguesa em Cabo Verde) com elementos quantitativos referentes à frequência das modificações lexicais observadas na segunda parte. No entanto, as observações finais não vão ser tratadas como uma regra geral que concerne a todos os habitantes, mas apenas como tendências que caracterizam o grupo escolhido, podendo constituir um ponto de partida para estudos mais abrangentes.

Como já foi referido, o perfil social dos informantes da segunda parte do estudo é desenhado sobretudo em termos de naturalidade (cabo-verdianos, da ilha de São Vicente, moradores da cidade do Mindelo), grau de escolaridade (básico: 13 pessoas; secundário: 18 pessoas; médio: 12 pessoas; superior: 23 pessoas), idade (0–25 anos: 9 pessoas; 26–40 anos: 28 pessoas; 41–60 anos:

1 De acordo com o estudo de Lopes (2016), e na opinião de todos os entrevistados, o padrão geral de uso das línguas em Cabo Verde na oralidade não é afetado pela variável “género”.

2 As entrevistas, de duração média de uma hora, eram semidirigidas e continham, além da parte que visava definir o perfil pessoal, profissional e escolar do informante, 19 perguntas abertas que variavam em função do grupo inquirido: “intelectuais” ou “utilizadores comuns”. No entanto, nos dois casos, o eixo principal era a situação da língua portuguesa no arquipélago, sobretudo na ilha de São Vicente, em comparação com a posição ocupada atualmente pela língua cabo-verdiana, isto é, pelo crioulo (funções sociais e distribuição funcional das duas línguas, atitudes dos falantes perante cada uma delas, contextos de alternância de códigos, influências linguísticas mútuas, codificação e oficialização do crioulo, política linguística do país, fatores que determinam a proficiência na língua portuguesa, uso das duas línguas na rede de comunicação dos informantes e a sua importância na criação da identidade cultural e nacional dos cabo-verdianos, etc.). Todos os informantes participaram no projeto de forma consensual, tendo sido informados sobre a sua finalidade e utilização científica dos resultados.

23 pessoas; mais de 61 anos: 6 pessoas) e intensidade de contacto com a língua portuguesa (todos os dias: 14 pessoas; algumas vezes por semana: 14 pessoas; algumas vezes por mês: 12 pessoas; esporadicamente: 17 pessoas; nunca: 9 pessoas). É-nos possível, portanto, generalizar que o perfil do grupo inquirido corresponde a pessoas provenientes de uma zona urbana, representantes das classes sociais média (baixa e alta) e alta, familiarizadas com as normas linguísticas da comunidade e sensíveis ao valor social do seu próprio modo de falar e ao dos outros³.

À convivência muito específica do português e da língua cabo-verdiana no espaço linguístico das nove ilhas habitadas adequa-se melhor o termo “diglossia prevalecente”: oral, com vantagem para o crioulo; e escrita, com vantagem para o português (Veiga 1995; Duarte 1998; Delgado 2009)⁴. A diglossia é entendida como uma manifestação do bilinguismo extensivo ou social que começou a assentar-se após a Independência (Veiga 2016a: 177–179, Lopes 2016: 42–46, 183)⁵. Por conseguinte, a oralidade em português deve ser mais suscetível a modificações de diferente índole, afastando-se do padrão peninsular em maior grau do que a escrita e podendo levar à formação do português cabo-verdiano, tratado atualmente por alguns linguistas como um sistema emergente (por exemplo, Swolkień 2015⁶; Lopes 2016). Além disso, o léxico costuma constituir um domínio bastante dinâmico, que facilmente reflete o contexto sociolinguístico de uma dada língua. Por conseguinte, é do nosso intuito estabelecer ligações entre certos fenómenos lexicais observados nas entrevistas e os fatores que determinam a situação linguística atual da ilha de São Vicente.

3 De acordo com Labov (*apud* Lopes 2016: 97), as pessoas assimilam os juízos de valor, tornando-se sensíveis ao seu modo de falar quando atingem a faixa etária de entre os 14 e 18 anos.

4 Como realça Lopes (2016: 182–184), esta situação não é resultado de escolhas individuais, mas antes de um forte condicionamento sociolinguístico que se manifesta até numa impossibilidade de escolha quase total, levando a uma diglossia modal ou forçada. Mais sobre a situação sociolinguística geral em Cabo Verde e sobre os contextos de uso das línguas cabo-verdiana e portuguesa em Bento (2015), Cabral (2015), Czopek (2016a, 2016b, 2017, 2020), Pereira (2014), Rosa (2010) e Swolkień (2004, 2015).

5 Cf. Fishman (1980): A situação linguística de Cabo Verde pode ser também descrita como diglossia com bilinguismo em que “as duas línguas são adquiridas de modo distinto e têm uma distribuição funcional e apoio institucional diferenciados. [...] mantêm-se inalteradas quer a perceção etnocultural das duas línguas como ‘nossas’ (ou seja, nenhuma delas é percebida como estrangeira, ainda que uma delas ou ambas tenham sido assim percebidas em algum ponto da história), quer a perceção de que as duas línguas estão em complementaridade funcional, em congruência com os comportamentos e valores de cada uma”. Duarte (1998) sublinha que o termo “bilinguismo” se tem relacionado sempre com o problema de classes sociais: só uma parte da população é realmente bilingue, sendo mais fácil encontrar casos de bilinguismo individual.

6 Swolkień (2017, entrevista individual no âmbito deste projeto) defende uma sistematicidade crescente do português usado em Cabo Verde que se manifesta, por exemplo, na introdução do pronome de sujeito ou na abertura das vogais, mesmo não acentuadas. No entanto, o seu reconhecimento como variedade oficial não é só questão linguística, mas também política. Onze dos intelectuais entrevistados concordam que o português local tenha traços específicos, mas careça de norma comumente seguida e outros três reparam que no caso destes desvios do padrão europeu pode tratar-se também simplesmente da falta de competência em português e não dos traços de evolução particulares do português cabo-verdiano.

2. Português em Cabo Verde vs. português de Cabo Verde

Como observa Lopes (2016: 20–37), na sociedade cabo-verdiana, é muito forte a convicção de que se fala e se escreve cada vez menos um português “correto”, isto é, conforme a variedade padrão europeia, o que é sintomático da ausência de informação sobre a existência de diferentes variedades nacionais do português e de muitos preconceitos sociais e linguísticos. Esta situação dificulta a criação de uma política linguística adequada e a variante considerada como norma continua a ser a variante padrão do português europeu, apesar da sua presença cada vez menos marcada no arquipélago e de um *input* reduzido no caso de muitos habitantes. Portanto, a autora realça a necessidade de abrir uma discussão a nível nacional sobre a possível definição da norma culta do português cabo-verdiano aceite pela comunidade, tomando em consideração todos os fatores sociolinguísticos que possam causar algum afastamento do padrão europeu e os julgamentos dos falantes sobre a sua produção em português (Lopes 2016: 330–332). Esses fatores podem ter a ver, por exemplo, com a intensidade de contacto interlinguístico, com as atitudes dos falantes (que podem advir também da insegurança causada pela avaliação da própria competência, em comparação com o padrão oficial) ou com o tipo e grau de aprendizagem de português. Por conseguinte, pode haver transferências da língua materna (língua cabo-verdiana) para a língua-alvo (português). Os usuários podem permanecer numa das fases da interlíngua, fossilizando traços de transferências e construindo uma nova versão da língua portuguesa transmitida às gerações seguintes. No entanto, como indicam as variáveis sociolinguísticas mencionadas, é um fenómeno fortemente individual, o que dificulta o estabelecimento de regras comuns que levem à formação da norma de uma nova variante do português.

A situação descrita é resultado direto dos condicionamentos históricos e sociais que determinaram a presença da língua portuguesa no arquipélago. No caso de São Vicente, esta pode ser dividida, a nosso ver, em três etapas. A primeira etapa abrange o período desde o povoamento da ilha, em 1797, até à segunda metade do século XIX. De acordo com numerosas atestações, a tendência geral que se observava naquele período, também nas outras ilhas, era a assimilação linguística e cultural dos colonizadores brancos que abandonavam a língua portuguesa em prol da língua cabo-verdiana, comumente usada. A sociedade até chegou a considerar vergonhoso o uso do português, sobretudo pelas mulheres⁷. Além disso, os brancos provenientes de Portugal constituíam normalmente uma minoria social de importância linguística pouco significativa (cf. por exemplo, as atestações de Feijó (1797[1986]), Pusich (1810[1956]), Senna (1818[1987]) ou Lima (1844), citadas por Swolkień 2015: 47, 76–77, 81–97)⁸. Na segunda metade do século XIX,

7 A título de curiosidade, note-se a observação feita por Costa na segunda metade do século XIX (1877–1880 [1980: 185]): “[On] São Vicente island, there is no a proper language, or as it is said, creole; the creole from all the other islands is spoken. What is curious is that although this language is used by everybody, men at fight use only Portuguese”

8 Cf. Lima (1844 *apud* Swolkień 2015: 88): “[...] the Portuguese language is [...] not in use in informal conversations either in towns and in the interior: it is substituted [...] by what is called *lingua crioula*, without grammar or fixed rules that vary from island to island. The indigenous do not speak any other language: they pray in creole; the parish priest explains the Christian doctrine to them in creole; and they creole talk to any authority who, not being from this country, needs an interpreter to comprehend them. The majority of those who live in ports understand Portuguese but they do not speak it. The whites themselves encourage its use, learning creole as soon as they arrive from Europe, [...] and speaking it nearly to the exclusion of pure Portuguese. [...] Portuguese is still spoken during the meetings of men of some importance in towns; but *nhânhas* [ladies] always speak creole.”

a presença da língua inglesa estava bem marcada em resultado da abertura do Porto Grande de Mindelo ao mundo, dando origem a vários empréstimos lexicais (Swolkień 2015: 89–90). Esta situação, bastante excepcional em comparação com as outras colónias, começou a mudar, provocando a diglossia atual, devido ao prestígio atribuído ao português pela burguesia branca e mulata, uma classe social que surgiu no contexto da vida portuária economicamente propícia. Uma das datas mais marcantes dessa segunda etapa é a abertura do Liceu Infante D. Henrique no Mindelo, em 1917. Em 1959, os alunos do Liceu foram proibidos de falarem a língua cabo-verdiana no terreno da escola. No entanto, a propaganda do Estado Novo tendia a exagerar na importância atribuída ao português como língua de ensino geralmente acessível, no número de falantes de português no arquipélago e na taxa da literacia social. Por isso, os dados daquele período precisam de ser interpretados com cuidado (Swolkień 2015: 104–108). De facto, como afirma Duarte (1998), o suposto bilinguismo nas ilhas tem sido um problema de classe: o português sempre foi a língua da pequena burguesia, uma elite profundamente lusitanizada, mas a grande massa da população teve um acesso muito restrito à língua do colonizador, o que quer dizer que praticamente não a falava e, sobretudo, não a escrevia. Dadas as barreiras sociais, as possibilidades de interação entre os dois grupos eram muito limitadas, fazendo com que uma grande parte da sociedade permanecesse monolíngue, sem contacto regular com o português estabelecido como padrão (Swolkień 2015: 108). Na terceira etapa, cujo começo coincidiu com a independência, em 1975, a língua portuguesa foi escolhida como a língua oficial do país e o acesso ao ensino básico e secundário em português tornou-se mais fácil, mas a possibilidade de continuar a educação não deixou de funcionar como “filtro social” que se refletia na competência nesta língua. Além disso, a qualidade de ensino deixava muito a desejar, o que levou alguns autores a afirmarem que a impressão de um bilinguismo generalizado era falaciosa (Bartens 2000: 42).

Esta etapa tem-se prolongado até à atualidade. Portanto, na sua descrição, vamos basear-nos também nas informações fornecidas nas entrevistas pelo grupo de intelectuais. Como já foi mencionado, este grupo é composto por 17 pessoas, entre as quais 4 são artistas (1 escritor, 1 pintor e músico, 1 ator, 1 realizador), 3 sacerdotes, 1 coordenadora pedagógica do ensino secundário e 9 professores do ensino superior (Universidade de Cabo Verde e Universidade do Mindelo)⁹. De acordo com os dados obtidos nas entrevistas com estes informantes:

1. A maior parte deles não usa a língua portuguesa no seu dia a dia e não se identifica com a cultura portuguesa através da língua. A relação com o português europeu é predominantemente de formalidade e interesse, não de afetividade. Ao mesmo tempo, vários informantes observam o fenómeno de uma identificação cultural com o Brasil, graças às semelhanças históricas, étnicas, culturais e à popularidade das telenovelas na televisão cabo-verdiana. No entanto, a questão da chamada di-etnia (fenómeno social) ou do biculturalismo (fenómeno individual) pode relacionar-se sobretudo com a classe social e com a história individual de cada habitante. Os representantes das classes média e alta, que, por exemplo, estudaram em Portugal, viveram lá ou mantêm contactos frequentes com a diáspora, tendem a sentir mais conexão com os valores culturais portugueses e, em geral, europeus, mas grande parte da sociedade sublinha

⁹ O grupo de “intelectuais” inclui 23 pessoas, mas para os efeitos deste trabalho, escolhemos apenas as residentes em São Vicente.

- a singularidade da cultura cabo-verdiana que, apesar de incluir elementos da portuguesa, se tem desenvolvido, adquirindo traços únicos. Pode-se falar até de um sincretismo cultural, sobretudo em espaços tão cosmopolitas como a cidade do Mindelo¹⁰. Porém, no âmbito deste sincretismo, há muito menos pessoas a apreciarem o elemento africano, o que se reflete também na sua atitude não só perante este continente, mas também para com os imigrantes provenientes de países como Senegal ou Guiné-Bissau.
2. A atitude relativamente a Portugal e aos portugueses é profundamente condicionada por fatores históricos, políticos e económicos. Por um lado, aprecia-se a possibilidade de fazer negócios com empresários portugueses, de estudar no estrangeiro ou de usar os serviços de saúde fora de Cabo Verde, mas, por outro, costuma-se criticar o tratamento desigual no que diz respeito, por exemplo, à atribuição de vistos ou apoios financeiros. Portanto, há quem lhe chame uma relação de amor-ódio. A atitude para com a língua portuguesa, por sua vez, depende fortemente de fatores como a idade (obrigatoriedade de uso do português em situações formais durante o regime colonial, diferenças visíveis entre a geração pós-colonial e os jovens da atualidade que valorizam mais a competência em inglês ou francês, e também entre os alunos da escola primária e secundária, que costumam mostrar maior resistência ao português europeu), classe social (atitude mais positiva nas classes mais altas, o que tem a ver também com uma melhor competência nessa língua) ou história individual de cada pessoa¹¹. Apesar das atitudes variadas, nenhum dos entrevistados postula que a língua portuguesa venha a desaparecer do cenário linguístico cabo-verdiano (falta da atitude de rejeição total e explícita), pois é considerada por muitos como uma ferramenta que lhes “abre as portas ao mundo”.
 3. Quanto ao possível conflito linguístico, alguns entrevistados defendem que se deve falar mais de uma convivência pacífica, pois as duas línguas encontram-se na distribuição funcional, tendo os seus contextos de uso muito bem definidos, o que leva a uma diglossia modal¹². Não obstante, em quatro casos, a própria diglossia, resultante do passado colonial, é interpretada como uma situação de conflito entre as línguas em apreço (cf. Lopes 2016: 62–63). O português é atualmente a língua veicular de contacto com o estrangeiro¹³ (língua internacional, estendendo-se, numa perspetiva mais ampla, para o mundo da política¹⁴), de educação (meio de ensino) e de formali-

10 Não é raro ouvir opiniões que uma cultura crioula insular não se pode identificar completamente nem com a Europa, nem com África. O único termo de comparação podem constituir outras nações crioulas insulares, com um percurso histórico semelhante, como a Jamaica ou o Haiti. O tema de identidade cultural gera sempre muita polémica em Cabo Verde, o que leva a discussões aceras, provocando, de acordo com um dos entrevistados, um tipo de “esquizofrenia identitária”.

11 Alguns dos entrevistados evocam ainda o fator de proveniência de uma dada ilha, já que, por exemplo, os habitantes da ilha de Santo Antão são conhecidos como os que mais gostam de falar português em certos contextos (como o contacto com estrangeiros), apesar das dificuldades mais marcadas causadas pelo acesso mais limitado a essa língua (cf. também Lopes 2016: 129).

12 A situação de conflito observa-se antes entre as duas variantes da língua cabo-verdiana principais: a do Barlavento e a do Sotavento. As razões desta situação são essencialmente políticas, económicas e sociais.

13 O português perde, no entanto, este papel de língua veicular quando se trata de falantes de duas variantes da língua cabo-verdiana (por exemplo, uma pessoa do Mindelo e uma do interior da ilha de Santiago). No caso de dificuldades comunicativas, esses falantes tendem a tentar resolver os problemas mantendo a conversa na sua língua materna. Dos nossos entrevistados, apenas duas pessoas admitiram recorrer ao português em situações desse tipo, mas com interlocutores com o mesmo nível de competência.

14 Porém, observa-se uma extensão do cabo-verdiano para os contextos políticos, sobretudo quando o objetivo do usuário é ter um melhor contacto com o povo, por exemplo, nas campanhas eleitorais. Assim, o uso do português pode ser interpretado como uma intenção de marcar maior cerimónia, formalidade, distanciamento e imposição de autoridade.

dade. O seu uso é fortemente determinado pelas circunstâncias e limita-se basicamente ao contexto de sala de aula¹⁵ (com uma certa resistência por parte dos alunos, pois o nível de domínio costuma refletir as desigualdades sociais), aos serviços religiosos (a parte oficial e os sermões nas zonas urbanas¹⁶), ao turismo, aos negócios com parceiros lusofalantes e a situações que impõem um certo grau de formalidade, como entrevistas de televisão ou julgamentos no tribunal. Pode ser ainda usada como marca de imposição de autoridade: em alguns locais de trabalho, para tratar de assuntos formais nas repartições ou, menos frequentemente, em casa, discutindo com os filhos (cf. Fasold 2004). Um uso mais frequente observa-se também entre as pessoas que estudaram ou viveram muito tempo num país lusofalante. Simultaneamente, na escrita, o português estende-se a todos os contextos, até menos formais, o que, entre outros fatores, é o resultado do costume social e da falta de padronização ortográfica da língua cabo-verdiana¹⁷. Por conseguinte, o português é a língua principal da literatura nacional e da vida intelectual que nela se reflete. Pessoas que usem o português no dia a dia fora destes contextos são casos muito raros¹⁸, embora a competência nessa língua continue a constituir uma das causas de promoção social, uma marca de estatuto económico e um dos critérios importantes de seleção para alguns empregos (por exemplo, cargos governamentais ou cargos mais altos em empresas estrangeiras). Ao mesmo tempo, observa-se uma extensão constante da língua cabo-verdiana para contextos considerados como formais, sobretudo na geração jovem. Os poucos fatores que podem provocar a extensão do uso do português para contextos informais são: a vinda dos representantes da diáspora no período de férias, a necessidade de comunicação com um interlocutor que não fale ou não queira falar cabo-verdiano, a vontade de facilitar à criança a entrada no sistema escolar (poucas famílias das classes média alta e alta), uso lúdico por parte dos jovens (piadas, brincadeiras, mas também ironia). Não é raro o passado colonial se repercutir nas atitudes para com as atividades que visam promover a cultura portuguesa, sendo vistas como uma imposição e não uma partilha.

15 O uso do português limita-se ao contexto de sala de aula, mas mesmo neste caso, observam-se algumas exceções. Recorre-se ao português apenas no contacto com professores que não admitem o uso da língua cabo-verdiana nas suas aulas (aliás, esta imposição do sistema educativo cabo-verdiano pode ser interpretada como ilegal, tendo em conta a constituição). Os alunos entre si não comunicam em português, nem durante as aulas, nem fora da sala de aula. No que diz respeito a professores estrangeiros, leitores de inglês ou espanhol (3 entrevistados), os seus alunos jovens, na universidade, costumam pedir esclarecimentos em crioulo ou em português, quando pensam que o professor não fala a língua cabo-verdiana. Os alunos de mais idade, por exemplo nos cursos oferecidos pelas empresas, usam sempre o português, provavelmente para manter maior nível de formalidade. A atitude dos alunos universitários também depende das circunstâncias: durante as aulas, os alunos com uma competência mais baixa costumam receber comentários negativos por parte dos colegas, o que resulta no medo de errar; e fora da sala de aula, qualquer uso do português que não seja irónico ou lúdico, tende a ser ridicularizado e mal visto. No que diz respeito ao constrangimento causado pelo medo de errar, nas entrevistas menciona-se ainda que nos anos 80 não era raro as crianças receberem castigos corporais por terem cometido algum erro em português.

16 Mais sobre o uso das línguas portuguesa e cabo-verdiana no contexto religioso em Czopek (2020).

17 Atualmente, o cabo-verdiano é usado sobretudo para escrever mensagens curtas no telemóvel ou nas redes sociais, então as novas tecnologias contribuem bastante para o desenvolvimento e a extensão da sua escrita. No entanto, os entrevistados perguntados em que língua escreveriam, por exemplo, uma carta de amor, todos menos uma pessoa responderam que em português, por causa do costume e de maior facilidade técnica, o que contradiz a tendência geral de uso da língua materna, tratando de assuntos muito íntimos.

18 Entre os 17 intelectuais entrevistados, 2 pessoas falam apenas português diariamente: uma que, há muitos anos, se recusou a falar a língua cabo-verdiana na sua variante materna de Boa Vista por ser objeto de troça por parte dos amigos de Santiago, e outra que viveu muitos anos em Portugal, desde os 2 anos de idade, e não teve lá muito contacto com a comunidade cabo-verdiana.



4. Quanto aos problemas identificados no sistema de ensino de línguas em São Vicente, todos os entrevistados criticam a inexistência de uma disciplina de língua materna ou disciplinas de cultura ou literatura cabo-verdianas bem estruturadas (exceto alguns exemplos muito específicos de educação secundária e superior). O programa de ensino bilingue está a ser elaborado e fizeram-se experiências de um ano de duração em duas escolas, mas ainda faltam materiais e docentes com preparação linguística adequada para este fim. Assim, não se constrói a competência linguística em L1 o que facilitaria a aquisição das competências na língua segunda (português), constituindo uma das razões do insucesso escolar¹⁹. O termo língua segunda (LS) foi introduzido para fazer distinção entre a aprendizagem do português e das L2 e línguas estrangeiras (LE). Porém, ainda não se elaboraram metodologias universais nem materiais didáticos que correspondam a este caso específico. Além disso, notam-se grandes diferenças entre o progresso dos alunos da zona urbana e das vilas mais afastadas, o que tem a ver, por exemplo, com a preparação do corpo docente e com a possibilidade de praticar a língua. A aprendizagem de línguas estrangeiras (principalmente, inglês e francês) começa bastante tarde, apenas na 5.ª classe, e baseia-se, tal como no caso da língua portuguesa, em manuais portugueses, muitas vezes metodologicamente inadequados ou antiquados, com o predomínio do método gramatical. Os programas ministeriais também são antiquados e incluem conteúdos mínimos, o que atrasa o desenvolvimento da competência linguística que normalmente não chega a níveis mais avançados. Além disso, o domínio das línguas estrangeiras depende dos recursos financeiros, um fator decisivo para a frequência em aulas de língua no ensino privado. Quanto aos modelos de transferência possíveis, os professores de línguas estrangeiras entrevistados repararam num maior número de transferências com origem na L1, que constituem um problema constante em cada nível de ensino. Assim, o português LS, apesar de ser usado em sala de aula como língua de ensino, não predomina sobre a língua materna neste contexto.
5. No que diz respeito à produção artística, no teatro cabo-verdiano é costume recorrer-se às duas línguas consoante a situação em que se encontram os personagens. Não obstante, na sociedade ainda existe o preconceito de as peças teatrais em português serem mais “nobres”, constituindo um teatro erudito e “de qualidade”. Além disso, a vantagem principal que advém do uso da língua portuguesa em cada campo artístico é a possibilidade de internacionalização e acesso aos mercados estrangeiros. Este fator fazia com que uma boa parte do cinema cabo-verdiano fosse realizada em português, uma situação que, na opinião de dois dos entrevistados, provocava uma certa artificialidade na representação dos atores. Atualmente, a tendência é realizar filmes em cabo-verdiano, adicionando legendas ou *voz off* em português ou numa língua estrangeira, como o inglês, em caso de distribuição fora do país. Na literatura e na música, por sua vez, o uso da língua materna é mais frequente na poesia do que na prosa e é claramente predominante na letra das composições cabo-verdianas.

19 São comumente discutidos também os problemas cognitivos que podem advir da aprendizagem das disciplinas escolares numa língua que não seja a materna, isto é, em português. A complexidade do problema é agravada pelas questões de oficialização, padronização, codificação e instrumentalização da língua nacional. Os professores que admitem o uso da língua cabo-verdiana nas aulas sublinham que o desempenho dos alunos e a vontade de participação são incomparavelmente melhores. Por conseguinte, coloca-se a questão de metodologia adequada para o ensino bilingue, pois todos os entrevistados acham que, se os alunos pudessem escolher, ninguém falava português nas aulas.

3. Análise do *corpus* de exemplos

A observação dos resultados da influência interlinguística lexical no nosso *corpus* permite-nos constatar que os processos responsáveis pelo afastamento da norma padrão europeia são principalmente a transferência lexical e a alternância de códigos. A transferência lexical pode ser manifestada de duas maneiras: através de uma transferência da forma (estrutural) e de uma transferência do significado (semântica) (Angelis & Selinker 2001). A primeira vai ser definida aqui como o uso de palavras de outras línguas, adaptadas ou não às estruturas das palavras da língua-alvo, ou desvios estruturais à norma portuguesa continental, provocados pela influência de outras línguas ou variantes do português. A segunda corresponderá à transferência de padrões semânticos para a língua-alvo, sob a forma de decalques semânticos (tradução literal do empréstimo e de extensões semânticas). Em ambos os casos, portanto, trata-se de uma transferência negativa ou não facilitadora. A alternância de códigos, isto é, alternância entre diferentes línguas, ou variantes linguísticas de um mesmo idioma, no contexto de um único discurso, pode ser, por sua vez, de natureza inter ou intra-oracional, mas também é capaz de se manifestar na estrutura morfé mica dos vocábulos (cf. Grosjean 1982; Veiga 2016b).

Os dois fenómenos podem ser realizados por razões de índole variada, sendo a sua natureza no contexto descrito sobretudo utilitária (necessidade e utilidade), estética (bonito) ou social nobilitante (chique, prestígio sociocultural) (Veiga 2016b: 204–206; Lopes 2016: 236). De acordo com os comentários feitos pelos informantes cujo comportamento linguístico se observa nesta parte do trabalho, as influências do primeiro tipo costumam ter como língua-fonte a variante materna da língua cabo-verdiana, pois trata-se de lacunas lexicais em português que precisam de ser preenchidas. Estas lacunas criam-se, por exemplo, por causa do desconhecimento do vocabulário português causado pela falta de competência linguística suficiente ou de um lapso de memória (função pragmática), melhor adequação do termo cabo-verdiano (função estilística e semântico-pragmática) ou inexistência do termo correspondente em português (função instrumentalizadora). O objetivo do locutor pode ser ainda chamar a atenção do alocutário, sublinhando a importância do assunto comentado (função apelativa). Quanto aos outros dois tipos, a questão da estética pode levar a influências com origem em todas as línguas conhecidas pelo informante, porque é uma questão muito individual, mas o prestígio linguístico provoca normalmente a eliminação da língua cabo-verdiana do repertório das línguas-fonte. Por conseguinte, as influências interlinguísticas lexicais podem ter uma manifestação positiva, por exemplo, no caso das funções instrumentalizadora ou estilística, ou negativa, como no caso da função nobilitante exagerada (Veiga 2016b: 206–213).

No nosso *corpus*, identificaram-se 192 casos de influências interlinguísticas lexicais, o que constitui um número bastante reduzido em comparação com as de natureza morfossintática. Em continuação, devido a limitações de espaço, vamos apresentar apenas 89 exemplos escolhidos, categorizando-os de acordo com os tipos referidos e as línguas-fonte usadas. No grupo “Outros resultados da falta de competência na língua portuguesa” incluem-se desvios cuja fonte não pode ser identificada em nenhuma das línguas em questão. O resumo numérico abrange todos os exemplos do *corpus*, inclusive os não citados.



3.1 Transferências de forma (estruturais)

3.1.1 Utilitárias com função pragmática

Português do Brasil: Quando era mais garoto, ia mais ao campo; Estavam lá umas garotas na praia; Amanha vou ter com uma garota de Espanha

Língua cabo-verdiana: Às vez, nós nos encontramos na caminhada (às vezes); Numa agência de viagem (agência de viagens); Homens de negócio (negócios); Festa de bruxa (das bruxas); Sala de professor (professores); O porta-moeda (o porta-moedas); O crioulo de nós terra (da nossa); Ele é pequeninho (pequeno); Se a pessoa quer prender isto, pode optar (quiser aprender); Prender de falar as duas línguas (aprender a falar); Vocês prende na vossa terra português? (aprendem); Sabemos colher as pessoas (acolher); O motor variou (avariou); Às vez, golfinhos companham a gente (acompanham); Há alguns portugueses que proveitam nisso (se aproveitam disso); Fazer figura feia (má figura); Eles levam uma carinha da fotografia tua (foto tipo passe); Falamos espetacular (de forma espetacular); Falam muito parecido (de maneira semelhante); Estava a falar pausado (pausadamente); Aqui funciona simples (de forma simples); Tudi li (tudo aqui); Ouviu um menino a tchorar (chorar); Dentro da Merca Latina (América); Eu tenho famílias ali (familiares, parentes); A bruxa da terra deitou-me o olho (deitou-me mau olhar); Assim, afugentam os olhos maus (os maus olhados).

3.2 Transferências de significado (semânticas)

3.2.1 Utilitárias com função pragmática

Sou marrada a minha terra (ligada); Tinha dois ponte (havia duas pontes); Aqui em São Vicente não tem tanto dessas coisas (há); Essa confusão que teve com a ministra (houve); Às vezes tem barco, às vezes não tem (há); Já tem dois anos atrás que ele já não sai (há); O futebol desceu muito (piorou); Vou tomar férias (tirar); Tem de tomar mais dois ano de português (fazer); Eu tomei quinze dia de estágio (fiz); Eu vou apanhar a minha filha na escola, já tá duas e meia (buscar); Às vezes, ela me chama para falarmos em português (telefona-me); El não sabe o português (conhece); Os filhos não podem entender (conseguem); Eles têm o reflexo de falar comigo em português (hábito); Há bruxas que são de má costa (de má rês); Tinham uns pais grossos que não deixavam ir para a festa (rígidos); Foram prestar solenidade ao amigo (dar as condolências); Os pais eram mais apagado (menos iluminados, educados); Trabalharam pegado (fizeram uma direta); Ele fez direito (fez bem); Não temos onde mandar para trás o português (negar); O cuscus ficava assim muito mancinho (macio); Fazer medo (causar, meter).

3.3 Alternâncias de códigos intra-oracionais

3.3.1 Utilitárias com função estilística e semântico-pragmática

Um dia quando eles vieram pa terra, eles não podiam falar criol; Má nós na casa usamos criol; Cad ilha tem de seu criol; Nós dize que tá na inchadura

3.3.2 Utilitárias com função apelativa

Eu gosto desta ilha, e bo?

3.3.3 De natureza social nobilitante

Se estou fazendo um tour, gosto de estar preparado; Aqui é mais relax; Os gengs (os gangues) andavam pela cidade; Os sãovincentinos gostam mais da fast (fast food); Na noite, vamos fazer um show de música reggae; Olá, tud suave, broda?; O ponto de meeting com turistas é na praça.

3.4 Outros resultados da falta de competência na língua portuguesa

Uma carta românica (romântica); O desmotive para o inglês (a desmotivação); é preciso fazer isso com ponderância (ponderação); Sou mindelense de nascência (nascença); A envolvência da população (o envolvimento); Na divertação assim, escrevo em crioulo (no divertimento); Podemos escolher, vírgula (ponto e vírgula); De uma forma em geral (geral); Ela graças que tive onde entrar (graças a Deus que teve); Há professores que até podem ter mais grau de escolaridade mas que entretanto não são competentes (no entanto); Entretanto, sei que alguém recuse a falar (no entanto); Gramaticamente (gramaticalmente); Se houver uma lingua que é mais facilidade (fácil); Nos momentos de vago (momentos vagos, de lazer); Fiquei chato com aquilo (chateado); Mas há um porém (senão); Ela gostava de desbanjar dinheiro (esbanjar); Prendi a nadação na escola (natação); Ele tem que afundar o português (aprofundar); Utilizou o útil ao agradável (ligou); Antigamente, as pessoas doavam-se mais a trabalho (entregavam-se); Os examinantes eram portugueses (examinadores); O abcedar (o abcedário).



Tabela 1. Influências interlinguísticas identificadas no *corpus* – resumo numérico

Transferências de forma (estruturais)			
Língua fonte	Natureza	Função	Número total
Língua cabo-verdiana	utilitária	pragmática	79 (41,2%)
Outras	utilitária	pragmática	3 (1,6%)
Transferências de significado (semânticas)			
Língua cabo-verdiana	utilitária	pragmática	60 (31,2%)
Alternância de códigos intra-oracionais			
Língua cabo-verdiana	utilitária	estilística	4 (2,1%)
		apelativa	1 (0,5%)
Outras	social	nobilitante	8 (4,2%)
Outros resultados da falta de competência na língua portuguesa			37 (19,2%)

O resumo numérico dos dados permite-nos constatar que a transferência lexical é realizada pelos nossos informantes com maior frequência do que a alternância de códigos (74% e 6,8% de todos os casos de influência interlinguística, respetivamente). Como era de supor, a língua cabo-verdiana é a língua-fonte principal de transferências que se observam no português dos informantes deste estudo, perfazendo 139 casos (98% de todas as transferências lexicais). Apenas 3 casos têm a sua origem numa outra variante (o português do Brasil: 3 exemplos, 2% de todas as transferências lexicais). A alternância de códigos, por sua vez, tem como fonte principal a língua inglesa (61% de todos os casos de alternância de códigos).

Os informantes realizam mais transferências estruturais (82 casos, 58% de todas as transferências lexicais) do que semânticas (60 casos, 42% de todas as transferências lexicais). Os dois tipos são apenas de natureza utilitária e a sua função é basicamente pragmática. Observa-se então que o desconhecimento do vocabulário português, tanto formal como semântico, causado provavelmente pela falta de competência linguística suficiente ou um lapso de memória, maioritariamente acarretam o recurso à língua materna como fonte de transferência. No que diz respeito ao fenómeno de alternância de códigos, em 4 casos (30% de todos os exemplos de alternância), um termo cabo-verdiano é escolhido como estilisticamente mais adequado ao contexto. Trata-se do nome da L1 dos informantes (*crioll/ kriol*) e de uma expressão tipicamente cabo-verdiana *tá na inchadura*, citada por um deles. Uma vez (8% de todos os exemplos de alternância) recorre-se a uma palavra cabo-verdiana para chamar a atenção e estabelecer um diálogo com a entrevistadora ([...] *e bo?*). Assim, além da função apelativa, diminui-se o grau de formalidade da entrevista e marca-se uma maior proximidade entre as duas pessoas. Quanto à influência da língua inglesa, os informantes evocaram a sua função nobilitante na sociedade cabo-verdiana, sobretudo nas ilhas do Barlavento. O uso do léxico inglês é tratado por eles como marca de modernidade e globalização, criando a imagem de uma pessoa jovem e *cool* em 8 casos (62% de todos os exemplos de alternância)²⁰.

20 Mais sobre a presença da língua inglesa na realidade linguística cabo-verdiana em Märzhäuser (2019).

Os restantes 37 exemplos (19,2% de todos os casos de influência interlinguística) interpretam-se como outros resultados da falta de competência suficiente no português europeu, pois foi-nos impossível identificar a sua língua-fonte.

No que concerne à frequência de realização de transferências lexicais, tanto estruturais como semânticas, em função das variáveis sociolinguísticas escolhidas, observámos as seguintes tendências:

- a) Grau de escolaridade: ressalta uma diferença estatisticamente insignificante entre os informantes com os ensinos básico e secundário concluídos. A média de transferências por pessoa nesses dois grupos é de 3,1 e 2,9, respetivamente. No entanto, a conclusão do ensino médio (a média de 2,1) e, sobretudo, superior (a média de 1), já parecem ter mais influência na diminuição da frequência de transferências, também devido ao facto de vários dos informantes do último grupo terem realizado os estudos superiores em Portugal;
- b) Idade: esta variável parece influenciar a produção oral dos informantes de forma menos visível. O único grupo com um valor médio por pessoa mais elevado (2,6) é o grupo dos jovens (0–25 anos), se calhar pelo facto de atribuir bastante importância ao conhecimento do inglês, em detrimento do português. Nos outros grupos, as médias por pessoa são muito equilibradas: 2,2 - 2,1 - 2,3, respetivamente;
- c) Intensidade de contacto com a língua portuguesa: os resultados em função desta variável mostram claramente que a intensidade do contacto com o português determina muito a frequência de transferências lexicais negativas. As pessoas que dizem ter contacto com esta língua todos os dias atingem uma média muito baixa de 1,2 por pessoa. As três categorias seguintes (algumas vezes por semana, algumas vezes por mês e esporadicamente) não apresentam diferenças tão significativas, se calhar por a avaliação da frequência de contacto ser bastante difícil. No entanto, a média sobe drasticamente até 4,4 no caso das pessoas que admitem não ter nenhum contacto com a língua portuguesa.

Exatamente o mesmo padrão é seguido no que diz respeito a outros resultados da falta de competência na língua portuguesa. O grau de escolaridade e a intensidade de contacto determinam a sua frequência, enquanto a idade parece não ser tão significativa. As médias dos informantes com o ensino superior concluído e com o contacto diário com o português mantêm-se no mesmo nível: 0,4 e 0,2, respetivamente. Do outro lado colocam-se as pessoas com os ensinos básico e secundário concluídos e sem nenhum contacto com o português: médias por pessoa de 1,6 e 1,9, respetivamente. No que diz respeito à idade, todos os grupos se colocam mais ou menos no mesmo patamar, entre 0,7 e 1,1.

Os casos de alternância de códigos identificados, sendo escolhas conscientes dos informantes, não se relacionam tanto com a competência da língua portuguesa. Assim sendo, achamos importante sublinhar apenas que todos os vocábulos ingleses foram usados por informantes com o ensino secundário e médio concluídos, representantes dos primeiros dois grupos etários e que contactam com o português algumas vezes por semana ou por mês.

4. Observações finais

Os resultados da análise do nosso *corpus* indicam que, devido às circunstâncias sócio-históricas descritas, a distribuição funcional das duas línguas está claramente marcada. O uso da língua portuguesa limita-se a poucos contextos específicos, observando-se, ao mesmo tempo, uma extensão da língua cabo-verdiana para os seus domínios. Assim, entende-se que seja esta a principal língua-fonte de transferências lexicais realizadas pelos informantes deste estudo e que o seu português se afaste, até certo ponto, do padrão europeu devido à falta de competência linguística. Das variáveis sociolinguísticas escolhidas, as que mais determinam esta competência no caso do grupo investigado são o grau de escolaridade e a frequência de contacto com a língua portuguesa. A principal função da alternância de códigos para a língua inglesa tem, por sua vez, uma função socialmente nobilitante, sobretudo entre os informantes mais jovens. No que diz respeito à possível existência de uma variante do português de Cabo Verde, concordamos que ainda não se possa falar de um sistema com normas seguidas por todos os usuários. No nosso *corpus*, observámos certas tendências que se repetem nas respostas de diferentes informantes e que, por isso, não podem ser tratadas apenas como resultados da falta de competência em português, como o uso do substantivo no singular em função do adjunto adnominal (*festa de bruxa*, *sala de professor*, etc.), redução do a- inicial de certos verbos (*companhar* vs. *acompanhar*, *prender* vs. *aprender*, *variar* vs. *avariar*, *proveitar* vs. *aproveitar*, etc.), substituição do advérbio pelo adjetivo (*falamos espetacular*, *funciona simples*, etc.) ou uso do verbo *ter* em vez do *haver*, tanto no contexto espacial como temporal (*Às vezes tem barco*, *às vezes não tem*; *Já tem dois anos atrás que ele já não sai*, etc.). No entanto, estas características não se identificam na produção de todos os entrevistados, o que faz com que o “português de Cabo Verde” possa talvez ser definido como uma realidade linguística em formação, mas certamente não como uma variante completamente formada. Por conseguinte, defendemos ainda a necessidade de aplicação do termo “português em Cabo Verde”.

Referências bibliográficas

- Angelis, G. de; & Selinker, L. (2001). Interlanguage Transfer and Competing Linguistic Systems in the Multilingual Mind. In J. Cenoz, B. Hefeseisen, & U. Jessner (Eds.), *Cross-linguistic Influence in Third Language Acquisition: Psycholinguistic Perspectives* (pp. 42–58). Clevedon: Multilingual Matters.
- Bartens, A. (2000). Notes on the componential diffusion in the genesis of the Kabuverdianu cluster. In J. McWhorter (ed.), *Language change and language contact in pidgins and creoles* (pp. 35–61). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Bento, A. Monteiro (2015). *Antropologia de Cabo Verde: Diálogos, Práticas, Saberes e Desafios Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Artprint Editora Ltda.
- Cabral, I. (2015). *A primeira elite colonial atlântica. Dos «homens honrados brancos» de Santiago de «nobreza da terra»*. Lisboa: Sílabo.
- Czopek, N. (2016a). Na bóka noti de Tomé Varela da Silva como reflexo de uma das propostas de padronização ortográfica do crioulo cabo-verdiano. In B. Hlibowicka-Węglarz, J. Wiśniewska & E. Jabłonka (Eds.),

- Língua Portuguesa Unidade na Diversidade* (vol. 1) (pp. 135–149). Lublin: Editora da Universidade Marie Curie-Skłodowska.
- . (2016b). De uma língua oral sem escrita à escrita de uma língua oral – o caso do crioulo cabo-verdiano das ilhas do Barlavento e Sotavento. *Études romanes de Brno*, 37, 1, 11–26.
- . (2017). O basileto crioulo das ilhas de cabo verde no romance *Odju d'agu* de Manuel Veiga. In G. L. De Rosa, K. de Abreu Chulata, F. Degli Atti, & F. Morleo (Orgs.), *De volta ao futuro da língua portuguesa. Ata do V SIMELP – Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa* (pp. 185–201). Lecce: Università del Salento.
- . (2020). Uso das línguas cabo-verdiana e portuguesa em contexto religioso na ilha de São Vicente, em Cabo Verde. In B. Marczuk, & I. Piechnik (Eds.), *Discours religieux: langues, textes, traductions* (pp. 389–403). Kraków: Biblioteka Jagiellońska.
- Costa, J. V. B. da (1980 [1877–1880]). Relatório. In F. Monteiro (ed.), *A ilha de São Vicente de Cabo Verde - Relatório de Joaquim Vieira Botelho da Costa*. *Raízes*, 7, 16, ano 4, 128–196.
- Delgado, C. A. (2009). *Crioulos de base lexical portuguesa como fatores de identidades em África. O caso de Cabo Verde*. Praia: Instituto da Biblioteca e do Livro.
- Duarte, D. Almada (1998). *Bilinguismo ou diglossia? As relações de força entre o crioulo e o português na sociedade cabo-verdiana*. Praia: Spleen Edições.
- Fasold, R. (2004). *The Sociolinguistics of Society*. Vol. 1. Oxford: Basil Blackwell.
- Feijó, J. da S. (1986 [1797]). Ensaio económico sobre as ilhas de Cabo Verde. In A. Carreira (Ed.), *Ensaio e memórias económicas sobre as ilhas de Cabo Verde (séc. XVIII)*. Lisbon: The Author and Instituto Cabo-verdeano do Livro.
- Fishman, J. A. (1980). Bilingualism and Biculturalism as Individual and as a Societal Phenomena. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, 1, 3–15.
- Grosjean, F. (1982). *Life with Two Languages: An Introduction to Bilingualism*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- Lima, J. J. L. da (1844). *Ensaio sobre a estatística das possessões portuguesas na África ocidental e oriental; na Ásia ocidental; na China, e na Oceânia*. Vols. 1 e 2. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Lopes, A. M. (2016). *As línguas de Cabo Verde. Uma radiografia sociolinguística*. Praia: Edições UniCV.
- Märzhäuser, Ch. (2019). *Txeke kel muv* – Panorama do contato linguístico cabo-verdiano-inglês e integração dos anglicismos no cabo-verdiano. *Journal of Ibero-Romance Creoles*, 9, 1, 194–224.
- Pereira, D. A. (2014). *Um olhar sobre Cabo Verde. História para jovens*. Brasília: Thesaurus.
- Pusich, A. (1956 [1810]). Memórias. In O. Ribeiro (Ed.), *As ilhas de Cabo Verde no princípio do século XIX. Separata de Garcia de Orta*, Vol. IV, No. 4. Lisboa: Junta das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar.
- Rosa, J. (2010). *Discursos linguísticos e realidades nas salas de aulas. Vencendo a luta pelo controle*. Praia: Edições Uni-CV.
- Senna, M. Roiz Lucas de 1818 (1987). Dissertação das ilhas de Cabo Verde 1818. In A. Carreira (Ed.), *Dissertação sobre as ilhas de Cabo Verde 1818 por Manuel Roiz Lucas de Senna*. Mem Martins: Gráfica Europam.
- Swolkień, D. (2004). Factores sociolinguísticos no povoamento da ilha de São Vicente de Cabo Verde. In M. Fernández, M. Fernández-Ferreiro, & N. Vázquez Veiga (Eds.), *Los criollos de base ibérica. ACBLPE 2003* (pp. 171–183). Frankfurt: Vervuert & Madrid: Iberoamericana.
- . (2015). *The Cape Verdean Creole of São Vicente: Its Genesis and Structure*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Veiga, M. (1995). *O crioulo de Cabo Verde: Introdução à gramática*. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco.

———. (2016a). Cabo Verde: da diglossia à construção do bilinguismo. In M. Veiga (Ed.), *A palavra & o verbo* (pp. 171–182). Praia: Acácia Editora.

———. (2016b). *Code-switching* no crioulo caboverdiano – CCV (o positivo e o negativo). In M. Veiga (Ed.), *A palavra & o verbo* (pp. 203–216). Praia: Acácia Editora.



This work can be used in accordance with the Creative Commons BY-SA 4.0 International license terms and conditions (<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/legalcode>). This does not apply to works or elements (such as images or photographs) that are used in the work under a contractual license or exception or limitation to relevant rights.